

A RESPONSABILIDADE DEMOCRÁTICA E O CATASTROFISMO EMANCIPATÓRIO EM TEMPOS DE CORONAVÍRUS |

POR UMA NOVA ÉTICA COLETIVA ANTI-UTILITARISTA ¹

*Democratic responsibility and emancipatory catastrophism in the age of Coronavirus | For
a new collective anti-utilitarian ethics*

BUSSOTTI, Luca ²

NGOENHA, Severino Elias ³

AMARAL, Giveras do ⁴

Resumo: Um dos elementos centrais que tem acompanhado as ocorrências do Covid-19 tem a ver com o suposto alargamento da responsabilidade pública a todos os cidadãos, com o objetivo de evitar a difusão do contágio. Com base na teoria da responsabilidade de Jonas, o estudo aqui apresentado proporciona uma reflexão filosófica em volta das possíveis mudanças no relacionamento entre governados e governantes ocorridas no período da pandemia, identificando as possíveis alternativas num momento de “emancipação catastrófica”, segundo a perspectiva de Beck. Além das ferramentas metodológicas da filosofia, o texto apresenta uma abordagem histórica, comparando a gestão das várias pandemias ao longo dos séculos. A conclusão é de que os erros de gestão se repetem no tempo, deixando espaços para novas formas de restrição das liberdades individuais, assim como para conquistas e oportunidades de alargamento dos espaços democráticos e de remodelação das relações sociais, com base numa ótica mais focada na centralidade da pessoa humana.

Palavras-chave: Governo. Cidadãos. Participação. Emancipação.

Abstract: One of the central elements which accompanied the occurrences of Covid-19 has to do with the supposed enlargement of public responsibility towards all citizens, with the aim to avoid the spread of infection. Having as its main basis the theory of responsibility by Jonas, the current study proposes a philosophical reflection about a possible transformation of the relationships between rulers and governed occurred during the pandemic period. The study points out possible alternatives in a moment of “catastrophic emancipation”, according to a perspective elaborated by Beck. Besides the methodological philosophical tools, the article presents a historical approach, comparing the management carried out during the various pandemics occurred over the centuries. The conclusion is that the management errors repeat themselves over the time, leaving space for news forms of individual freedom restriction, as well as for conquests and opportunities of enlargement of democratic spaces and remodeling of social relations, on the basis of a perspective more focused on the centrality of human being.

Keywords: Government. Citizens. Participation. Emancipation.

¹ Recebido em: 06 Ago. 2020 | Aceito em: 30 Out. 2020.

² Possui doutorado pela Università di Pisa (2001). Atualmente é Professor Visitante na Universidade Federal de Pernambuco.

³ Doutorado em Filosofia pela Universidade Gregoriana em Roma. No ano de 2010, integrou-se ao Departamento de Filosofia da Universidade Pedagógica de Moçambique. É professor associado do Departamento de Antropologia e Sociologia da Universidade de Lausanne, Suíça

⁴ Moçambique.

Introdução

Há quase meio século, o filósofo Hans Jonas publicou um livro alerta, *Prinzip Verantwortung*, no qual chamava atenção para um imperativo de responsabilidade. Como condição da sobrevivência da humanidade na Terra, a advertência de Jonas incidia contra a exploração dos pobres pelos ricos, por um lado, e contra a destruição acelerada da natureza, por outro. Desde o final dos anos 1970 se adquiriu a consciência de que a emissão excessiva de gases com efeito de estufa (CO₂ e metano) conduziria a um aquecimento global que colocaria a humanidade numa situação de risco (Jonas, 1984).

Jonas se inspirou em Heidegger na consideração da tecnologia como elemento fundamental da civilização contemporânea, de que podem derivar os riscos maiores, a partir da extinção da humanidade. E reformulou de Kant a necessidade de um novo imperativo categórico, finalizado a salvaguardar o gênero humano e o planeta em que este vive. O desenvolvimento da biotecnologia e da biomedicina poderia fazer com que tal comportamento responsável fosse determinado através de mecanismos de controlo social (Berdinesen, 2017). Pelo contrário, a ética da responsabilidade de Jonas está inserida dentro de um meio em que cada indivíduo age de forma livre, e será do comportamento de cada um que dependerá o futuro do homem, assim como da natureza.

Muitos outros sociólogos e filósofos se debruçaram, no mesmo diapasão de Jonas, sobre as ameaças que a tecnologia pode constituir para a existência do gênero humano e da natureza. Beck, com a sociedade do risco, representa provavelmente o exemplo melhor desta corrente de pensamento, outrora apelidada de “catastrófica” (Beck, 1992). Um catastrofismo, porém, com potencialidades emancipatórias, principalmente em momentos de crises de sistema, que podem anteceder grandes e positivas transformações (Beck, 2015).

Este tipo de pensamento “distópico” sempre teve um sucesso muito limitado, fora da academia e de restritos círculos de intelectuais. A política, por exemplo, raramente levou a sério as análises de pensadores como Jonas ou Beck, pensando que elas prefigurassem um mundo que nunca iria se concretizar. Foi por isso que quer a ética pública e o sentido de responsabilidade individual, quer as estratégias viradas à salvaguarda da natureza e

do clima foram marginalizadas das agendas internacionais, com resultados bem conhecidos.

Entretanto, tais concepções aparentemente distópicas vieram a se verificar com o aparecimento do Covid-19. Um evento nada raro na história da humanidade, considerando as pandemias dos séculos passados, mas que a memória coletiva quis remover. Uma sociedade mergulhada numa utopia já realizada, centrada numa ética da irresponsabilidade individual para com o próximo e a natureza não tinha tempo nem vontade de guardar as trágicas lições de um passado nem tanto longínquo, como a influenza espanhola de 1918-20 demonstra.

Diferentemente dos outros eventos catastróficos, tais como guerras, secas e fome, localizadas geralmente em áreas periféricas do mundo, as pandemias - inclusive o Coronavírus - têm a característica de serem “ecumênicas”, abrangendo a todos e em qualquer latitude.

Foi apenas quando o gênero humano se encontrou dentro da distopia realizada, ou seja, diante do impacto da atual pandemia, que os governos mundiais apelaram pela responsabilidade, como se estivéssemos numa guerra global, de todos os habitantes do planeta. O que estava em jogo era justamente a sobrevivência do gênero humano. E cada um tinha que ser responsável pela sua não contaminação e pela não contaminação dos outros, até as crianças foram responsabilizadas pela sua saúde. Chamar a atenção para esta responsabilidade comum aparentava constituir um momento de progresso democrático, uma opção emancipatória, como diria Beck.

Normalmente a responsabilidade de cada um circunscreve-se ao direito penal, de que estão excluídos os grupos marginalizados, nomeadamente menores e incapazes, em alguns casos também mulheres e migrantes. Desta vez os menores foram atingidos e os incapazes, juntamente com os membros de outras classes “perigosas” (os pobres, os migrantes, os sem abrigo) também foram envolvidos no processo de responsabilização coletiva que o Covid-19 requeria. Entretanto, a partir desses grupos geralmente marginalizados, é possível vislumbrar a contradição que se abre com a gestão da pandemia: se é verdade que eles foram *manu militari* tirados das ruas e confinados em novos gulags, pelo menos nos contextos ocidentais onde a primeira vaga da pandemia foi

mais forte eles foram objeto de políticas públicas e de *Welfare* muito mais pontuais e incisivas daquilo que acontecia anteriormente. Duas perspectivas, portanto, se abriram: uma mais ligada à visão securitária que tendia a confinar os elementos das classes “perigosas” em novas vedações; a outra que, pelo contrário, via nesta nova forma de inclusão forçada uma luz para reestabelecer relações sociais mais humanizadas, a partir das categorias menos privilegiadas. Em paralelo,, os programas de rastreio de contactos a serem utilizados foram objeto de muita desconfiança, uma vez que poderiam ser utilizados para um controle biopolítico (*polizei Wissenschaft*), limitando as liberdades dos cidadãos. Doutro lado, porém, o apelo à responsabilidade para todos os cidadãos remete a uma possibilidade de remodelação democrática, cujas potencialidades aparentam ser consideráveis.

Apesar do apelo à responsabilização coletiva, os níveis de responsabilidades não são iguais. Numa família espera-se que os pais sejam mais responsáveis que os filhos, numa nação, que os dirigentes, que são eleitos pela sua suposta idoneidade e capacidade de liderança, assumam criteriosamente as suas responsabilidades.

Da parte dos governados, apesar de dificuldades, infrações e de alguns excessos, de uma maneira geral, eles assumiram as suas responsabilidades: ficar em casa, distanciamento social, uso de máscaras, cumprimento da quarentena, higienização constante, etc. Em casos, tais como Brasil ou Estados Unidos, os respetivos presidentes não deram prova de temer o Covid-19, acabando por retirar qualquer forma de responsabilidade aos próprios governados. Apesar disso, os cidadãos assumiram, pelo menos parcialmente, as medidas de prevenção como única arma para combater o vírus, mostrando maior responsabilidade do que seus próprios governantes.

Atitudes relapsas por parte de alguns deles (Trump, Boris Johnson, Bolsonaro, Modi) resultaram em muitas mortes em seus países e na subordinação dos assuntos científicos e de saúde pública a favor de teses eugenistas e economicistas. Boris Johnson, assim como Donald Trump, defendeu a ideia de que a melhor arma para combater o Coronavírus seria a “imunidade de rebanho”, sacrificando os anciãos ou os mais fracos (pobres), em razão de um hipotético desenvolvimento da imunização em nível nacional (Pasternak, & Almeida, 2020).

Utilizando a teoria da responsabilidade de Jonas, aplicada à situação do Covid-19 e às perspectivas e riscos que ela abre, esta pesquisa apresenta um relato histórico inerente à gestão das principais pandemias do passado e suas consequências na ordem social e político daquela altura, para depois identificar os elementos comuns e as diferenciações com a situação atual, terminando com considerações sobre a possível abertura de novos espaços emancipatórios a nível mundial.

1. Responsabilidade pública e privada na gestão das pandemias. Um olhar histórico

A humanidade sempre teve de lidar com situações constrangedoras e pandêmicas ao longo da sua existência. Neste ponto serão analisadas brevemente as reações que governados e governantes tiveram a partir das pandemias da Idade Média, evidenciando algumas variáveis constantes, juntamente com elementos típicos do atual Coronavírus. Depois da apresentação dos três casos considerados (a peste de 1347-48 na França e em algumas cidades italianas; a peste de 1629-30 numa cidade italiana, Milão; e o Covid-19 nos primeiros meses de pandemia, ainda na Itália), se apresentará uma análise do relacionamento entre os momentos marcantes das várias pandemias com a questão da responsabilidade individual e pública.

Caso 1. A peste de 1347-48, ou do populismo vs responsabilidade. Durante a Peste de 1347-48, graves episódios de decisões políticas arbitrárias e até perseguições contra uma parte “diferente” da população (os membros da religião judaica) foram registradas em várias cidades francesas (Cosmacini, 1987; Barata, 1987). Em Toulon, nos dias 13 e 14 de Abril de 1348, em ocasião do Domingo de Ramos, o gueto judaico foi ocupado, as casas saqueadas e cerca de 40 pessoas assassinadas durante o sono. Em 16/05/1348, em Le Baume, todos os judaicos que ali residiam foram massacrados. Nos mesmos dias, a Narbonne grupos de pobres e mendigos foram capturados e mortos, alegadamente por transpassarem o pó da doença (Ginzburg, 2017). Em 04/07/1348, o Papa Clemente VI teve de intervir, emitindo uma bula para proteger os judaicos dos massacres, declarando que eles não eram os culpados pela difusão da peste, numa atitude tanto necessária quanto tardia de assunção de responsabilidade contra a fúria irracional do povo.

No contexto de uma pandemia terrível em que se procuravam bodes expiatórios, eximindo-se de qualquer forma de responsabilização, em outras cidades a postura era diferente. Em Veneza, por exemplo, o Conselho Maior, que governava a cidade, assumiu a responsabilidade de declarar a emergência, nomeando três expertos para dar indicações finalizadas a limitar os prejuízos, principalmente em termos de vidas humanas, sepultando os cadáveres em duas ilhas desabitadas, e a seguir aprovando incentivos significativos para relançar a economia, com benefícios fiscais para os comerciantes e encorajando a imigração, uma vez que a cidade precisava de novos cidadãos. Veneza, no seu exemplo de primeiro privilegiar a responsabilidade para com as pessoas, depois pensar nos aspetos económicos, foi seguida por Milão e Florença, com medidas que, mais uma vez, se focalizaram em sepulturas de massa, isolamento dos doentes, até construir os primeiros lazaretos, a proibição, por parte de sacerdotes e notários, de se aproximarem aos moribundos para evitar o contágio.

A partir da experiência da França e de Veneza diante da peste de 1347-48 é possível tirar uma primeira ilação geral: o tipo de gestão que as classes dirigentes adotaram foi radicalmente diferente, e as duas têm a ver com o princípio de responsabilidade. No caso da França, a saída foi a isenção da responsabilização coletiva e a adesão a medidas populistas, que se concretizaram com a caça às bruxas contra os judaicos e os pobres. Quando o Papa interveio, uma grande parte da comunidade hebraica daquelas cidades francesas já tinha sido morta, com a anuência dos governantes locais. No caso de Veneza, os sábios da cidade assumiram o problema, responsabilizando a todos os cidadãos sobre as medidas a serem usadas para conter a peste, com o auxílio de expertos. E esta política de responsabilidade funcionou.

Caso 2. A peste de 1629-30, ou do desastre de Milão ao sucesso de Bolonha. Durante a peste de 1629-30, Milão foi uma das cidades mais afetadas. Um grupo de funcionários públicos da área da saúde procurou levar avante uma batalha de racionalidade, prevenção de medidas e responsabilidade coletiva para evitar a difusão da peste, como os acontecimentos claramente representam. Em 20/10/1629, o “protofísico” (médico) Ludovico Settala assinalou ao local Tribunal da Saúde casos de peste onde passaram as tropas lanziquenecas de Albrecht von Wallenstein. Dois comissários foram enviados no local, mas a população negou a presença da peste, e os comissários acabaram

concordando com a versão popular. Em 30/10 os casos já se multiplicaram, e as autoridades da saúde escreveram uma “grida” (despacho), indicando como enfrentar a emergência. A grida não foi publicada, devido ao receio de possíveis consequências econômicas na cidade. Em 14/11 os responsáveis da saúde apresentaram a situação ao governador, o espanhol Ambrogio Spinola, empenhado no cerco da Cidade de Casale. O governador resolveu ignorar a chamada de atenção e, em 18/11, em ocasião do nascimento do filho do rei da Espanha Felipe IV, Spinola organizou celebrações populares para comemorar o evento. Em 29/11, diante da catástrofe epidêmica, Spinola resolveu publicar a grida de 30/10, com um mês de atraso. A população não aceitou as limitações impostas pela grida, reagindo com tentativas de linchamento dos médicos Alessandro Tadino e Senatore Settala, filho do “protófico”. Em 31/03 as celebrações da Páscoa foram realizadas mediante procissões, todas elas muito concorridas. Em 19/5 a publicação de outra grida impunha de assinalar às autoridades qualquer pessoa suspeita de estar infectada, abrindo oficialmente a caça às bruxas, culminando com uma série de capturas, torturas e mortes atrozes dos untores.

Assim como tinha acontecido na França cerca de 300 anos antes, mesmo no caso da peste de Milão do século XVII as autoridades públicas e eclesiásticas resolveram negar o evento, primeiro, e depois enfrentá-lo mediante as armas típicas do populismo, com mais uma caça às bruxas, direcionada contra aos “untores”. A renúncia à responsabilidade pública deu resultados desastrosos, empurrando a maioria da população a aderir a mensagens e comportamentos altamente perigosos, naquelas circunstâncias.

Em 1630, a mesma peste (que fez cerca de um milhão de vítimas na zona que constituiu o epicentro europeu do Coronavírus, o Vale do Pó) foi muito limitada, na cidade de Bolonha, graças às medidas de contenção adotadas pelo Cardeal Legado Bernardino Spada, que governava a cidade. Diferentemente daquilo que aconteceu em Milão no mesmo período, onde o chanceler Ferrer mandou queimar 11 untores, Spada fechou quase todas as portas de acesso à cidade, ordenando que a mercadoria proveniente de fora tivesse de exibir um certificado de sanidade, pois já se tinha compreendido que a epidemia se difundia mesmo através dos produtos importados. Os habitantes tiveram de ficar fechados em casa, sobretudo mulheres e crianças, durante quatro meses. Foi este conjunto de medidas que fez com que a cidade tivesse um número relativamente reduzido

de mortes (cerca de 15.000), conseguindo expulsar definitivamente a epidemia (Alessandri, 2020). A responsabilidade pública mostrada pelo Cardeal Spada, envolvendo os cidadãos nesta importante ação coletiva resultou na salvação de muitas vidas daquela cidade.

Caso 3. Coronavírus de 2020, ou da falência do modelo utilitarista. A Lombardia, uma das regiões mais ricas da Europa, foi a que, ao nível do Velho Continente, mais perdas de vidas humanas registrou. Em 21/02/2020, os primeiros 16 casos de Coronavírus foram detetados. Em 23/02/2020 um Decreto do governo declarava os municípios da Lombardia com casos de infecção como “zona vermelha”, fechando-os. Em 27/02/2020 Giuseppe Sala, Prefeito de Milão, lançou uma campanha “Milão não para”, difundindo um vídeo por ele gravado, demonstrando a força e a vontade de trabalho dos seus concidadãos. Nicola Zingaretti, secretário do Partido Democrático, aceitou o convite de Sala, participando num aperitivo em Milão, defendendo que “não devemos destruir a vida ou difundir o pânico”. O balanço de 26/04/2020, dia oficial do fim da “fase 1” na Itália, terminou com 197.675 casos e 26.644 vítimas mortais. Apesar de, algumas semanas depois, todos os representantes do centro-esquerda italiano, entre os quais Sala e Zingaretti, se tenham erguido a primeiros paladinos das medidas de contenção, durante a primeira fase o que prevaleceu foi o convite coletivo a celebrar a vida e à socialização. Tal atitude se revelou decisiva para a difusão do vírus, provocando milhares de mortos.

Os casos acima reportados revelam algumas constantes, segundo duas abordagens a pandemia que se manifestaram desde os casos ocorridos na Idade Média:

1. A negação utilitarista: principalmente no caso da peste de Milão do século XVII e do Coronavírus atual, o utilitarismo economicista dominou os mecanismos de tomada de decisão. A Milão do século XVII era uma cidade importante, em que a indústria têxtil, e nomeadamente da seda, podia ser exportada livremente, consoante uma lei de 1595 (Corritore, 2012). A Milão contemporânea é uma cidade ainda mais importante. Considerada a capital econômica italiana, é entre os centros produtivos, financeiros e logísticos mais relevantes da Europa; seus cidadãos são muito confiantes e otimistas, com uma propensão elevada para o

trabalho, assim como para o movimento, o consumo e a liberdade individual, nada querendo saber de inimigos invisíveis. Foi por isso que os milaneses aderiram em massa ao convite da campanha do prefeito Sala, finalizada quase a exorcizar as consequências da iminente tragédia. Exorcismos que em outros tempos se manifestavam em procissões com imagens de santos e Maria, e que na laica Milão contemporânea se expressaram mediante o rito coletivo do aperitivo junto aos canais da cidade.

2. A demora irresponsável: a tese negacionista tem pernas curtas, pois os mortos começam a multiplicar-se em breve tempo, em todas as pandemias. Entretanto, o processo de tomada de consciência e de adesão a uma abordagem mais responsável geralmente demora. Consoante as épocas, ela teve várias manifestações, entretanto o elemento comum é uma percepção errada do risco, com consequências nefastas em termos de difusão da epidemia e, portanto, de número de vítimas. Isto foi claro no caso do governador espanhol de Milão, Spinola, no século XVII, assim como de Sala e Zingaretti na gestão da atual pandemia do Coronavírus, apesar das disposições da OMS e do próprio governo italiano. Independentemente das razões dessas demoras, o que ressalta é a falta de uma clara assunção de responsabilidade por parte dos governantes, atrasando a tomada de medidas eficazes.
3. A procura das causas: para tomar medidas certas, desde a epidemia da peste negra de 1347-48, governantes e especialistas em saúde pública procuraram descobrir as causas das várias epidemias. A grande questão que logo se abriu teve a ver com uma disputa tão concreta quanto epistemológica, que envolvia primeiro o debate entre causas divinas e terrenas e depois, nas terrenas, entre duas escolas principais. Da causa divina nunca se duvidou, com consequências nefastas, em termos práticos. A Igreja organizou procissões muito concorridas, cujas sequelas se tornaram visíveis nos dias seguintes, em termos de difusão do contágio. Tal atitude diz respeito, mais uma vez, ao sentido de responsabilidade e de responsabilização: quem provocou o vírus? Certamente as forças do maligno, que é necessário vencer pedindo a intercessão divina. Fora das perspectivas ultraterrenas, o debate histórico em volta das origens das várias epidemias que se

sucederam se concentrou na disputa entre teorias “miasmáticas” e “contagistas”, com larga prevalência das primeiras. Os “miasmáticos” atribuíam a peste aos “miasmas” do ar, geralmente aos ventos úmidos do Sul, ao passo que os contagistas pensavam que a doença se transmitisse mediante contato e proximidade de uma pessoa a outra. Ainda no século XVII a teoria miasmática chegou a ser elaborada de forma mais completa por Boyle e Sidehan, explicando a origem das pandemias como a peste mediante os diversos eflúvios proveniente das entranhas da terra (Barata, 1987). Os remédios, naturalmente, eram diferentes, consoante a concepção escolhida, e geralmente misturados. Entretanto, com a descoberta do bacilo da peste por Alexander Yersin, em finais do século XIX, o debate cessou, abrindo, porém outras controvérsias. Uma destas – que representa um dos aspetos centrais de continuidade com o debate na sociedade atual – é a discussão sobre as causas de epidemias mais recentes, de que se fala no ponto 5 deste capítulo.

4.As medidas, entre populismo e responsabilidade: o cocktail derivante da negação utilitarista e da demora irresponsável, associado à procura das causas, geralmente desajustadas à realidade, originou uma série de medidas que desaguarão num fenómeno tão antigo quanto a vida social do homem: o populismo. Populismo é um conceito político moderno, que mais se aplica às democracias liberais ou a caminho do modelo liberal, tais como as da América Latina ou da África do Norte, e que representaria uma das principais ameaças a tais democracias (Mudde & Kaltwasser, 2017). O populismo pode ser definido ainda como a expressão política de alguém que, vindo de baixo e sem pertencer à elite, consegue interpretar instâncias e anseios da população, colocando-se contra o sistema vigente estabelecido (Dalio, Kryger, Rogers & Davis, 2017). Entretanto, existem formas de populismo mesmo em regimes não democráticos, com a finalidade de manter o poder, agradando a maioria dos governados. É o caso, por exemplo, do populismo mostrado por Ambrogio Spinola na Milão do século XVII: nenhuma consideração dos conselhos dos médicos e oficiais da saúde pública, festas contínuas para celebrar eventos de dúbia importância, contribuição decisiva na caça às bruxas contra os untores; o mesmo cenário se tinha verificado na França do século XIV. Vice-versa, os exemplos de Veneza e Bolonha, respetivamente no

século XIV e XVII representam boas práticas em que o governante assume em si a responsabilidade dos destinos dos seus governados (ontem súditos, hoje cidadãos), mostrando consciência da insuficiência das suas capacidades em lidar com o terrível inimigo da pandemia, e apelando aos seus concidadãos para que contribuam ativamente na contenção da doença, com o suporte técnico dos expertos. Hoje, os modelos de governança do passado diante das pandemias se repetiram, positiva e negativamente, com a amplificação do elemento utilitarista (ler pressão econômica por parte dos lobbies industriais e financeiros). Muitos governantes contemporâneos adotaram uma postura abertamente populista. São eles Trump, Johnson, Bolsonaro, este último até chegando a promover várias manifestações de rua com seus apoiantes para desencorajar a quarentena que os governadores dos vários estados da união tinham decretado, numa postura de desafio às evidências científicas. Na França, o presidente Macron mandou realizar a primeira volta das eleições autárquicas em pleno Coronavírus. O próprio governo italiano, como visto acima, apesar de ter aprovado um decreto ainda em Janeiro, demorou quase um mês para assumir medidas drásticas e indispensáveis para conter a epidemia. Um mês que, mais uma vez, foi decisivo. No caso do Coronavírus, a adesão às teses populistas foi baseada num discurso “energético” de cunho nacionalista, ou virando uma parte dos assuntos científicos em favor de teses politicamente preconcebidas. Boris Johnson, assim como Donald Trump, durante muitos dias – pelo menos até o dia 16 de Março - defenderam a ideia de que a arma melhor para combater o Coronavírus seria a “imunidade de rebanho”. Entretanto, para um vírus como o atual, a imunidade de rebanho só se pode conseguir se cerca de 90% da população fica imune, e isso só será possível mediante a vacina (Pasternak & Almeida, 2020). Foi só vendo os dados dos infetos e das vítimas dos respetivos países que os dois governantes resolveram adotar medidas mais drásticas. Bolsonaro foi mais além, continuando na sua perversa resistência em não querer nenhuma forma de fechamento, entrando em choque com as instituições como o Supremo Tribunal Federal e as outras instâncias eletivas do país (Mammi, 2020). Em suma, o populismo foi muito presente em todas as épocas da história das epidemias, provocando escolhas erradas e tardias. Hoje, as medidas

desprovidas de memória histórica chamam a atenção para outro aspeto que no século XVII podia ser menos relevante: a aparente falta de confiança na ciência por parte dos governantes dos países mais desenvolvidos. Uma falta de confiança, porém, intermitente: evidente no caso de tomar medidas políticas impopulares de contenção para a redução da pandemia, mas muito mais confiante ao apostar na vacina que poderá resolver definitivamente o problema.

5. As novas pandemias, entre conspiração e natureza. Não existem, até hoje, evidências de que os vírus modernos, tais como o do HIV-AIDS ou do Coronavírus tenham sido criações laboratoriais, embora haja muitas suspeitas a volta do assunto. Por essa razão, limitar-nos-emos em explorar os aspectos filosóficos ligados a esta e aquela visão. O longo debate conspirativo a volta do HIV-AIDS tem um elemento comum: foi o governo americano que fabricou o vírus em seu laboratório. Os motivos foram vários, desde a eliminação da população africana até a dos homossexuais, hispânicos e (afro)americanos (Cantwell, 1988; Cooper, 1991). Entretanto, a ideia é de que houve alguém que tinha interesse em eliminar uma parte “fraca” dos habitantes do planeta, reduzindo assim o número global da população mundial. Uma teoria por assim dizer “intermédia” foi defendida por Bem Kin, que não concordou com as hipóteses conspirativas, procurando mostrar que o AIDS não está relacionado com o vírus do HIV, mas sim com o uso de cocaína e outras drogas, e que isso nunca foi dito por razões econômicas ligadas aos avultados valores que rodam em volta da questão do HIV-AIDS (KIN, 2014). Para o mais recente Coronavírus a mesma abordagem está sendo adotada: desta vez, porém, foram os políticos mais influentes do mundo, antes de alguns cientistas, a abrir o jogo. Trump acusou várias vezes a China de ter fabricado o vírus, espalhando-o pelo mundo e não informando a tempo a OMS da sua capacidade de difusão e letalidade. Só depois de ele ter-se pronunciado com campanhas muito agressivas é que cientistas tais como o Prémio Nobel francês Luc Montagnier e o japonês Tasuku Honjo começaram a defender teses abertamente conspirativas ou baseadas em erros por parte dos biólogos do laboratório de Wuhan. São essas as vozes e os posicionamentos mais conhecidos acerca do debate sobre AIDS e Corona-vírus. Famosos filósofos também se debruçaram sobre o assunto. O debate

mais notório é o que intercorreu entre Agamben, Zizeck e Nancy. O primeiro refletiu em torno das consequências, na esteira da teoria biopolítica de Foucault, do incremento do controlo nas pessoas por parte de Estados cada vez mais totalitários, por causa de uma epidemia “inventada”; o último destacou a necessidade de cumprir com as normas de segurança adotadas pelos vários países, dentro e fora da Europa. Pelo contrário, Zizeck sublinhou a outra epidemia, de tipo psicológico: uma nova onda racista e paranoica estaria tomando conta de muitas sociedades europeias, o que seria ainda mais preocupante que o próprio Coronavírus (Rodrigues, 2020). O posicionamento de Zizeck é confirmado por parte de expoentes políticos de relevo, sobretudo da direita internacional. Salvini, por exemplo, o líder do maior partido da direita italiana, no início da pandemia, em finais de Janeiro de 2020, defendeu que era necessário fechar os portos italianos e travar a entrada de migrantes africanos, que podiam difundir o contágio. Entretanto, para a sua surpresa, não teve provas de que houvesse um relacionamento entre o vírus e estes migrantes, aliás, mostrou-se o contrário: que a epidemia foi trazida na Itália, por meio dos indivíduos ricos da sua própria região, a Lombardia, de volta de avião da China e de outros países europeus já infetados, tornando o Vale do Pó como o epicentro da pandemia a nível continental. Tais mecanismos modernos, aparentemente complexos e protagonizados por atores sociais e políticos contemporâneos não são que uma repetição atualizada das medidas erradas e irresponsáveis que já foram adotadas nas epidemias do passado. Acima de tudo, a ideia de um untor (intencional ou por engano) que espalha a doença: Estados Unidos ou China nos casos do HIV-AIDS e Coronavírus. Como justamente tem realçado Zizeck, sobretudo no caso do Coronavírus as campanhas agressivas levadas a cabo por Trump poderão causar uma verdadeira caça às bruxas em versão chinesa ou genericamente asiática. Existem evidentes sinais acerca disso quer na direita americana, quer na brasileira. Num sentido mais amplo, o pensamento da direita extrema internacional pode vir a alargar esta caça aos elementos mais fracos do planeta, fortalecendo (sem evidências científicas) o estigma contra os migrantes, sobretudo de origem africana.

6. O Coronavírus como possibilidade catastrófica emancipatória: na esteira dos ensinamentos de Beck, a catástrofe originada pelo Covid-19 pode abrir novos mecanismos emancipatórios. Por exemplo, a contínua e geralmente silenciosa disputa entre ser humano e meio ambiente assumiu, nesta circunstância, uma sua peculiaridade. O homem tecnológico contemporâneo não conseguiu combater e debelar um vírus qualquer, apesar da ilusão de um domínio absoluto sobre a natureza. As escolhas desastrosas no setor da saúde e das próprias relações sociais numa região muito rica como a Lombardia dão azo a reflexões significativas e profundas. Esta região tinha programado as suas relações sociais com base numa concepção utilitarista. Grandes hospitais, de preferência privados, e asilos para idosos deviam servir de abrigo para que a parte “improdutiva” da sociedade se afastasse mesmo fisicamente dos lugares destinados aos “produtivos” (as residências das famílias daquela urbe). Doentes e anciãos, portanto, foram afastados das redes sociais das cidades lombardas, colocados fora das relações humanas, empobrecendo assim aquela sociedade. Em paralelo, a assistência médica no território mediante a rede constituída pelos médicos de base foi rapidamente desmantelada, provocando um dano não só do ponto de vista da tutela da saúde dos idosos, mas também privando eles de um ponto de referência fundamental mesmo a nível psicológico e social. Foi justamente este modelo utilitarista de sociedade e relações entre as pessoas que, aplicado à medicina e à epidemiologia, se transformou num tsunami incontável. A Lombardia não conseguiu isolar os doentes de Coronavírus dos outros, tendo a taxa mais alta de letalidade do mundo. Por outro lado, a natureza “descansou” do homem, com resultados visíveis: rios altamente poluídos que retornaram a ter uma vida ordeira, com peixes e outras espécies a ocupar um espaço finalmente de novo habitável, animais que estão reocupando algumas áreas urbanas, impraticáveis antes do aparecimento do vírus; e, mais prosaicamente, serviços públicos que, provavelmente, serão mais atentos à qualidade e segurança do cidadão, a partir dos comboios, aviões e autocarros, onde até hoje passageiros apertados ocupavam espaços miseráveis, com alto custo diante duma qualidade inexistente. Será a partir da falência de uma ideia de um homem que terá de dialogar mais com a

natureza, sem ter a pretensão de dominá-la, e de uma sociedade que terá de voltar a tratar os seus doentes e idosos numa forma menos utilitarista do que hoje acontece que poderá ser possível desfrutar as fraquezas estruturais derivantes da crise pandémica do Coronavírus.

2. A nova responsabilidade coletiva e a catástrofe emancipatória

Os três exemplos acima analisados de episódios catastróficos de tipo pandémico, aos quais se poderia acrescentar a influenza espanhola de 1918-20, oferecem elementos importantes de reflexão sobre as dimensões fundamentais da convivência humana. Com base nas possíveis respostas a questões que abrangem todo o espectro dos âmbitos humanos, políticas públicas inovadoras e mais justas, centradas sobre uma renovada centralidade do homem nas relações sociais e económicas poderão ser implementadas. Por um lado, será necessário voltar a atribuir centralidade ao princípio de responsabilidade, a partir de quem é eleito para o efeito; e por outro, coletivamente, captar as possibilidades que se abrem para levar avante um processo global de emancipação humana.

Tais oportunidades não se realizam automaticamente. A ideia de que, depois da pandemia tudo será melhor foi defendida por várias personagens, desde políticos a futurologistas a eclesiásticos e jornalistas, sem porém muitas bases de análise, mas com muita simplificação (MELO, 2020) ou, em casos como Yunus, com uma boa dose de voluntarismo (SEPPIA, 2020). Com efeito, ao longo da história as pandemias foram politicamente aproveitadas para imprimir mudanças sociais que seriam de difícil aceitação em tempos de normalidade, quer dizer, a gestão das pandemias sempre esteve sujeita às conveniências políticas e económicas de cada época. Mesmo hoje o Coronavírus está incentivando posturas autoritárias em todo o mundo, com a terrível hipótese de que medidas extraordinárias tomadas para fazer face à pandemia se tornem constantes, em termos de limitação das liberdades individuais e dos espaços coletivos de debate, configurando um grande irmão digital para países mais desenvolvidos do ponto de vista tecnológico (WANG, 2020), ou aumentando a repressão física dos cidadãos em outras latitudes, como por exemplo em vários estados africanos (OKEOWO & MAINGA, 2020).

Historicamente, as pandemias criaram mudanças, às vezes beneficiando o poderio de grupos já dominantes, que conseguiram sair-se vitoriosos, não só porque foram os que resistiram mais em termos de números de mortos e adaptação às medidas de prevenção, mas porque criaram uma sociedade pós-vírus que lhes era ulteriormente favorável, outras vezes deixando emergir novas relações sociais. A peste do século XIV, por exemplo, foi um elemento essencial para o fim do feudalismo, uma vez que reforçou o poder de contratação dos agricultores, escassos em termos numéricos depois da pandemia e, portanto, com armas negociais mais sólidas em relação às pretensões dos nobres (SALVESTRINI, 2015). De qualquer forma, as pandemias, naturais ou artificiais foram o palco de um aproveitamento político e econômico utilitarista, calculista e cirúrgico, que mexeu consideravelmente nos antigos relacionamentos de poder entre as diferentes classes sociais.

Se ontem as razões de posições heterogêneas, em termos de tomada de decisões por parte da classe dirigente, tiveram a ver com as crenças em intervenções divinas, ou com as descrenças na ciência, hoje, perspectiva-se que as irresponsabilidades de quem tem o dever de governar podem estar associadas a outro elemento perturbador, que é o desprezo pela vida dos mais fracos e necessitados. Se nota um avanço de formas de racismo contra os estrangeiros, particularmente os africanos e os asiáticos, na Europa (HOW RACISM, 2020) assim como na China (CHINA, 2020), nos EUA (US, 2020) e no Brasil (GOMES, 2020), com a morte em massa daquelas pessoas forçadas em viver de forma comunitária, sejam elas os anciãos da Europa relegados pelas suas famílias em asilos, os detidos em prisões superlotadas ou os pobres das favelas de todo o mundo.

A pandemia atual revelou que o confinamento dos cidadãos em suas casas exibiu a farsa da igualdade e fraternidade. O Coronavírus mostrou quão desigual é a nossa sociedade, independentemente do canto do mundo em que alguém vive. Ficar em casa pode ser um luxo que não é dado a todos; à medida que as exigências sanitárias da epidemia mostravam-se urgentes, elas eram condicionadas pelas diferenças e desigualdades econômicas e sociais, muito mais do que biológicas. Muitos imigrantes, na sua maioria africanos foram deixados morrer nas ruas da Europa, EUA, China ou na própria África, como aconteceu na África do Sul com migrantes moçambicanos e zimbabueanos, com violências e deportações forçadas a partir do centro de Lindela

(MALULEQUE, 2020). Por não estarem devidamente documentados e endinheirados, impossibilitados de cumprirem com as medidas de prevenção impostas, portanto, potenciais transmissores e vítimas do coronavírus, a saída foi, nos casos melhores, a sua aglomeração em centros de acolhimento. É quanto aconteceu em Portugal, onde os migrantes sem abrigo e emprego foram assistidos pelas autoridades portuguesas, que resolveram colocá-los em um albergue para jovens em Lisboa, onde quase todos se infetaram (REFUGIADOS EM LISBOA, 2020).

Por outra, emergiu um vasto grupo de trabalhadores que vivem entregando artigos (comida, fármacos, roupa, etc.) comprados em lojas de frequente de primeira categoria, sem nenhuma condição de transporte, sobretudo no Brasil e na América Latina, assim como em África, e com garantias sindicais inexistentes. O paradoxo foi expresso por um entregador de São Paulo, que confessou entregar comida para os outros tendo ele fome (MUNIZ VIEIRA, 2020)

O Coronavírus é o último fruto do utilitarismo liberal exacerbado na relação dos homens entre si (economia e política) e destes com a natureza (sociedade e ambiente). O pensamento de parte das elites dirigentes alinha com as teorias eugenistas, sociobiologistas do séc. XIX, hoje disfarçado na chamada imunização coletiva, por onde sociedades aparentemente com democracias consolidadas viram seus governos caírem na armadilha do populismo. O exemplo da Polônia, que apanhou a União Europeia de surpresa ao anunciar a sua saída do Tratado de Istambul sobre a Violência contra as mulheres, que também aumentou exponencialmente durante a crise do Covid-19 (LOCKWOOD, 2020), é a última confirmação de um modelo neoliberal que está desaguando em formas cada vez mais violentas e intolerantes, em nome de uma ideia muito discutível de progresso e de identidades nacionais (NGOENHA et ali, 2020).

Salvo algumas exceções, concentradas sobretudo em países europeus, o que os dirigentes políticos mostraram na atual gestão da pandemia do Coronavírus foi um conflito entre a vida e a economia utilitarista do lucro, tornando o cidadão quase culpado somente por existir. A questão da pandemia do Coronavírus mostra-se assim peculiar, pois não tem somente a ver com as descrenças ou crenças divinas, o saber ou o não saber científico, o conhecimento ou o desconhecimento popular, mas com um paradigma maior

que domina o nosso panorama político, social e econômico global e até despreza a vida dos indivíduos: é o modelo do utilitarismo capitalista liberal⁵.

A adoção de posturas irresponsáveis por parte dos governantes, primeiro nos Estados Unidos e no Brasil, choca com a postura que, em muitas circunstâncias, segmentos significativos daqueles povos mostraram, assumindo em si aquele sentido de responsabilidade que a classe política preferiu negligenciar. A procura das causas, um dos elementos centrais em todas as pandemias, desta vez se transformou numa série de acusações recíprocas por parte das maiores potências mundiais. Os americanos que acusaram os chineses e a OMS, e a OMS que acusou americanos e brasileiros de irresponsabilidade global. Outros países (Rússia, Coreia do Norte, vários estados africanos) preferiram negar a existência do Coronavírus em seus territórios, salvo informações contrárias fornecidas numa segunda fase; em suma, foram muitos os governos que tomaram decisões completamente catastróficas, metendo em sério risco a vida dos seus concidadãos. Os governos a quem demos a responsabilidade de decidir sobre nós assumiram posições antagônicas, divididos num paradoxo entre a importância da vida em contraposição à maximização do lucro a qualquer custo.

Entretanto, seria miopia não vislumbrar, dentro destes elementos de crise sistêmica (ou em razão deles), aspetos de esperança para um futuro que consiga superar o atual modelo de relações sócio-econômicas. Segundo a corrente convivalista, uma das principais tendências anti-utilitaristas contemporâneas, a “patologia social” determinada por um sistema de consumo e de relações humanas insustentáveis estaria atravessando uma grave crise devido ao fato de o Coronavírus ter atingido alguns dos hábitos que as classes privilegiadas consideram como mais importantes e distintivos para elas. Em resumo, seriam tais hábitos aquela utopia realizada feita de lazeres, negócios, cruzeiros marítimos e outras agradáveis atividades exclusivas que o Coronavírus tornou impraticáveis (MARTINS, 2020).

Esta pandemia obrigou os indivíduos a parar do frenesi da vida quotidiana e refletir sobre o modelo de sociedade atual, no seu isolamento individual de frequente

⁵ No sentido oposto ao utilitarismo apresentado por Jeremy Bentham (1748-1832) e John Stuart Mill (1806-1873), que afirmam que as ações são utilitaristas na medida em que concorrem para a promoção do bem comum e não de particulares.

contradistinto pelas perdas de familiares e amigos. Uma postura “contemplativa” que não teria sido possível sem o Coronavírus. Se tratou de uma reflexão individual, mas com evidentes elementos coletivos, graças sobretudo às redes sociais que conseguiram meter em comunicação pessoas que nunca tinham pensado em questões sistêmicas e do bem-estar público, produzindo uma maior conscientização em relação ao comportamento moralmente correto a nível individual e de quem está governando nos vários países. O mundo se despertou, revalorização o valor supremo da vida, redescobrimo o perigo que as teorias e as práticas liberais representam. A questão que se coloca é a seguinte: como podemos remeter esses valores pró-vida e respeitosos do ambiente natural no cimo das nossas escolhas societárias?

O grande desafio não seria somente apontar o dedo ao extremismo de direita e dizer o que vai mal: é preciso ocupar o espaço de ação, ideológico e prático, que se descortinou com a pandemia, para a construção deste outro mundo que não só é possível, mas é necessário. O desafio agora é produzir um pensamento político alternativo, contra-hegemônico e anti-utilitarista. Este seria o papel de movimentos sociais, grupos de cidadãos e partidos políticos que militam há anos contra tal modelo; mas também de acadêmicos e dos demais cientistas sociais.

3. Em jeito de conclusão

Para responder à questão colocada no ponto anterior, vamos tentar destacar alguns pontos, sem nenhuma pretensão de exaustividade, mas apenas de proposta a ser discutida coletivamente:

1. O primeiro elemento com que vários governos estão lidando diz respeito aos avultados valores que estados, organizações supranacionais (tais como a União Europeia) e multilaterais (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial) estão disponibilizando. O grande desafio é como distribuir tais recursos: privilegiar grupos financeiros e econômicos dominantes, ou impulsionar políticas públicas, sobretudo no âmbito da saúde, serviços básicos à pessoa, uso das novas tecnologias virado para a educação, alargamento dos espaços de democratização, remodelação das relações entre Norte e Sul do planeta, e finalmente a renovada centralidade do homem nas

relações sociais e econômicas? Os vencedores declarados desta pandemia são claramente os *bigdatas*; não há nenhuma formação, informação, comunicação, reuniões decorrentes do *home office*, que não passe por eles, que dispense o uso das tecnologias de informação e comunicação. Tudo isso é manipulado por eles, e uma parte do conflito em curso entre a Europa e os EUA se concentra na taxaço dos *bigdatas*, que potencialmente poderiam transferir valores significativos do privado ao público, e das suas bases nos Estados Unidos ou em paraísos fiscais para vários países europeus que precisam de recursos financeiros para fazer face às consequências sociais e econômicas do Coronavírus;

2. Como os convivalistas defenderam, desta vez estamos mergulhados numa crise da globalização neoliberal não provocada por um conflito contra outro sistema, mas sim por um evento catastrófico. O capitalismo sempre reinventou-se em conflitos com outros sistemas (feudalismo no início, depois marxismo, socialismo, comunismo), mas desta vez o inimigo está dentro do próprio sistema. Contudo, se era esperado que com isto tivéssemos uma mudança significativa no modo de agir das potências liberais, percebe-se que houve um recrudescimento dos conflitos, o que demonstrou, mais uma vez, uma visão populista e utilitarista. Visão, esta, que pode e deve ser ultrapassada mediante uma concepção pacifista, baseada na tolerância e respeito mútuo entre os estados e seus povos, fora dos modernos nacionalismos;
3. O espaço para uma alternativa tem de ser inventado, olhando para todas as possibilidades que se tem para dizer que o mundo neoliberal não está funcionando. Não partimos de zero, nem na arena política, nem naquela acadêmica, mas é preciso fazer deste cenário um ponto de confluência e posteriormente fazer valer estas ideias em termos políticos, como aconteceu em Porto Alegre com o Fórum Social Mundial. A invenção do discurso diferirá de contexto para contexto, mas as possibilidades de implementação de um pensamento orientador, global e emancipatório estão dadas;
4. O desafio hodierno é multidimensional, e assenta em conceitos interligados, centrados numa nova ética da responsabilidade. Esta deve investir o âmbito das relações humanas (convivalismo vs utilitarismo), políticas (populismo vs responsabilidade), internacionais (nacionalismo vs pacifismo) e ambientais (destruição vs tutela). O homem tornou-se capaz de destruir tudo o que lhe circunda

e cuja existência lhe permite a vida, em cada uma das quatro dimensões acima mencionadas. Para tal, a ética é convocada a impor limites à ação e ao egoísmo do homem, de modo a que se refreie a possibilidade de que este possa causar mal a si próprio.

O impacto do vírus tornou claro que todos são responsáveis pela condição humana e ambiental, e que cada indivíduo voltou a ser importante. Isto pode representar um avanço democrático revolucionário que não podemos desperdiçar, uma verdadeira revolução que passa, acima de tudo, em escolher as pessoas em função daquilo que escolhemos como nossos valores. Este repensar as escolhas seria um primeiro e significativo passo rumo ao preenchimento da ausência de discurso alternativo para uma nova imunização, a contra o utilitarismo destruidor, o racismo e a intolerância.

Referências

ALESSANDRI, Marco (2020). Così Bologna sconfisse la peste del '600. *InCronaca*, 24/03/2020. Disponível em:

<https://incronaca.unibo.it/archivio/2020/03/24/201ccosi-bologna-sconfisse-la-peste-del-2018600201d>

BARATA, Rita de Cássia Barradas (1987). Epidemias. *Cadernos de Saúde Pública*, Vol. 3, n. 1, pp. 9-15. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1987000100002

BECK, Ulrich (1992). *Risk Society*. London: Sage

BECK, Ulrich (2015). Emancipatory catastrophism: What does it mean to climate change and risk society? *Current Sociology*, 63(1), pp. 75–88.

BERDINESEN, Hein (2017). On Hans Jonas' "The Imperative of Responsibility". *Philosophia*, vol. 17, pp. 16-28. Disponível em:

https://philosophiajournal.files.wordpress.com/2018/03/16-28_phil_17-2017_hein-berdinesen_01.pdf

CANTWELL, Alan (1988). *AIDS and the Doctors of Death: An Inquiry into the Origin of the AIDS Epidemic*. San Francisco: Aries Rising Pr

CHINA: Covid-19 discrimination against Africans. *Human Rights Watch News*, 05/05/2020. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2020/05/05/china-covid-19-discrimination-against-africans>

CORRITORE, Renzo (2012). *Storia economica, ambiente e modo di produzione. L'affermazione della gelsibachicoltura nella Lombardia della prima età moderna. Mélanges de l'École française de Rome*. DOI: 10.4000/mefrim.327

COOPER, Milton William (1991). *Behold a Pale Horse*. Flagstaff: Light Technology Publishing

COSMACINI, Giorgio. (1987). *Storia della medicina e della sanità in Italia. Dalla peste europea alla guerra mondiale 1348-1818*. Roma-Bari: Laterza

DALIO, Ray, KRYGER, Steven, ROGERS, Jason. & DAVIS, Gardner (2017). *Populism: The Phenomenon. Bridgewater. Daily Observation*. Disponível em: <http://www.obela.org/system/files/Populism.pdf>

Ginzburg, Carlo (2017). *Storia notturna. Una decifrazione del sabba*. Milano: Adelphi

GOMES, Nilma (2020). Racismo e novo coronavírus: armas mortíferas no Brasil. *Nexus*, 03/07/2020. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/ensaio/debate/2020/Racismo-e-novo-coronav%C3%ADrus-armas-mort%C3%ADferas-no-Brasil>

HOW RACISM SPREAD AROUND THE WORLD ALONGSIDE COVID-19. *The European Sting*, 05/06/2020. Disponível em: <https://europeansting.com/2020/06/05/how-racism-spread-around-the-world-alongside-covid-19/>

JONAS, Hans (1984). *The Imperative of Responsibility*. Chicago: University of Chicago Press

KIN, Ben (2014). AIDS: The Biggest Medical Mistake of All Times? Disponível em: <http://drbenkim.com/articles-aids.html>

LOCKWOOD, Alanah (2020). Poland to leave treaty on violence against women. *Jurist News*, 28/07/2020. Disponível em: <https://www.jurist.org/news/2020/07/poland-to-leave-treaty-on-violence-against-women/>

MALULEQUE, Milton (2020). África do Sul: Deportações em massa em plena pandemia de Covid-19. *DW*, 12/05/2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/%C3%A1frica-do-sul-deporta%C3%A7%C3%B5es-em-massa-em-plena-pandemia-de-covid-19/a-53418677>

MAMMI, Antônio (2020). Bolsonaro vai no protesto: contra os outros e contra ele mesmo. *Nexojournal*, 15/03/2020. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2020/03/15/Bolsonaro-vai-no-protesto-contra-os-outros-e-contra-ele-mesmo>

MARTINS, Paulo Henriques (2020). Coronavírus: da crise do capitalismo neoliberal às vias de uma democracia convivial. *Ateliê de Humanidades*, 16/03/2020. Disponível em: <https://ateliêdehumanidades.com/2020/03/16/fios-do-tempo-coronavirus-da-crise-do-capitalismo-neoliberal-as-vias-de-uma-democracia-convivial/>

MELO, Sebastião (2020). E se o mundo for melhor após a pandemia? *Jornal do Comércio*, 08/05/2020. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/ conteudo/opiniao/2020/05/737933-e-se-o-mundo-for-melhor-apos-a-pandemia.html>

MUDDE, Cas & KALTASSER, Cristobal (2017). *Populism. A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press

MUNIZ VIEIRA, Bárbara (2020). Entregadores se unem por melhores condições de trabalho nos aplicativos: 'Entrego comida com fome', diz ciclista. *G1 Globo*, 21/06/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/06/21/entregadores-se-unem-por-melhores-condicoes-de-trabalho-nos-aplicativos-entrego-comida-com-fome-diz-ciclista.ghtml>

NGOENHA, Severino Elias et ali.(2020). O princípio (da) responsabilidade. *Savana*, 24/07/2020, p. 26.

OKEOWO, Adebayo & MAINGA, Loui (2020). COVID and Police Brutality in Africa. *Witness*. Disponível em: <https://blog.witness.org/2020/04/covid19-and-police-brutality-in-africa/>

PASTERNAK, Natalia & ALMEIDA, Luiz Gustavo de (2020). Coronavírus: quase todo mundo tem que pegar para a pandemia passar? *Saúde*, 09/04/2020. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/blog/cientistas-explicam/coronavirus-quase-todo-mundo-tem-que-pegar-para-a-pandemia-passar/>

REFUGIADOS EM LISBOA SÃO INFECTADOS PELO CORONAVÍRUS EM ALBERGUE. *Estados de Minas Internacional*, 20/04/2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2020/04/20/interna_internacional_1140311/refugiados-em-lisboa-sao-infectados-pelo-coronavirus-em-albergue.shtml

RODRIGUES, Bruno Cava (2020). O coronavírus e os filósofos. *Adital (Unisinos)*. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/596989-o-coronavirus-e-os-filosofos>

SALVESTRINI, Francesco (2015). Trasformazioni della società europea alla fine del Medioevo. La Peste Nera e la crisi del Trecento. *Agrarian Sciences*, 31/05/2015. Disponível em: https://agrariansciences.blogspot.com/2015/08/trasformazioni-della-societa-europea_31.html

SEPPIA, Cecilia (2020). Yunus: dopo la pandemia non torniamo indietro, creiamo un mundo migliore, 15/05/2020. Disponível em:

<https://www.vaticannews.va/it/vaticano/news/2020-05/yunus-non-bisogna-tornare-indietro-ma-creare-un-nuovo-mondo.html>

US: Covid-19 Disparities Reflect Structural Racism, Abuses. *Human Rights Watch News*, 10/06/2020. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2020/06/10/us-covid-19-disparities-reflect-structural-racism-abuses>

WANG, Maya (2020). Authoritarianism in the time of COVID. *Hir*, 23/05/2020. Disponível em: <https://hir.harvard.edu/covid-authoritarianism/>